

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Revista Visão Class.: 127  
 Data 28/10/92 Pg.: \_\_\_\_\_

BRASIL

### O pedaço ignorado do mapa

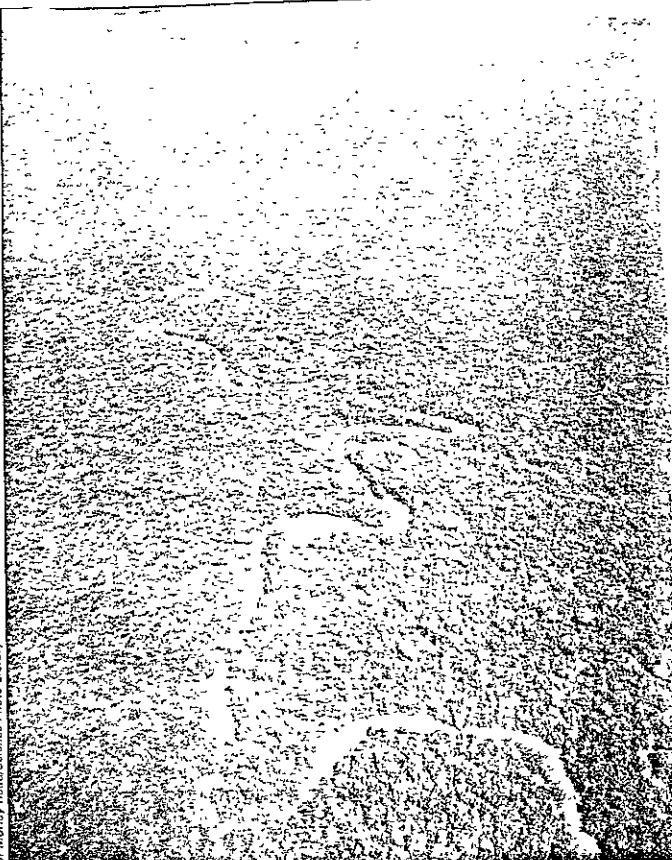
Amazônia ficou de fora do Atlas lançado oficialmente pelo IBGE

■ Se alguém ainda tinha dúvidas do desconhecimento governamental sobre detalhes geográficos e potencialidades minerais da Amazônia brasileira, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentou, no final do mês passado, um argumento incontestável. Ao lançar seu Atlas Nacional do Brasil, uma publicação cartográfica oficial reeditada a cada dez anos, o Instituto desenhou um mapa brasileiro com um enorme "buraco branco" ao norte. A área, equivalente a cerca de 2,5 milhões de quilômetros quadrados, corresponde à porção fronteira do País com Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana Inglesa, Suriname e Guiana Francesa.

Os técnicos do IBGE argumentam que não há levantamentos com menos de 15 anos sobre a região, o que inviabilizaria a inclusão dos dados e desenhos conhecidos misturados a informações mais recentes de outros pontos do território nacional. Um impedimento técnico que levou os especialistas do Instituto a simplesmente ignorar boa parte da Região Norte.

Para militares, cartógrafos e estudiosos da questão, a falta de um trecho tão grande do território nacional em um mapa oficial retrata o descaso do governo com a Amazônia, apesar de todo o glamour alcançado pela "rain forest" brasileira durante a realização da Rio-92, em junho. Voltado para um público consumidor formado basicamente de lojas de mapas, bibliotecas públicas, professores de geografia e estudantes de todo o País, o Atlas Nacional serviu para mostrar como o Brasil desconhece o Brasil.

"O Brasil simplesmente não tem um estudo estratégico sobre a região amazônica", acusa a engenheira cartógrafa Eliane Alves da Silva, uma das autoras do Atlas. "A irresponsabilidade dos governos Sarney e Collor fizeram com que o Brasil regredisse na tecnologia cartográfica",



OUTRO MUNDO

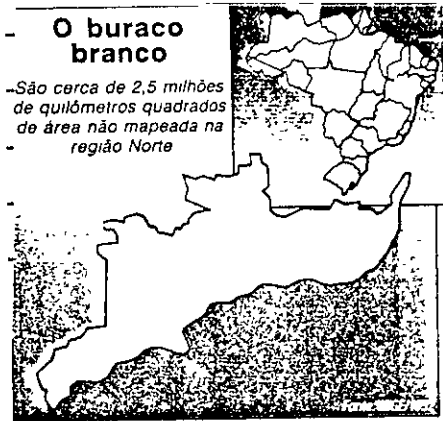
Região Norte: florestas inóspitas encobrendo riquezas ainda desconhecidas

concorda o capitão-de-mar-e-guerra reformado, Jacob Ennes da Silva, presidente da Sociedade Brasileira de Cartografia.

**Mão no bolso** - As críticas ao governo têm na contenção de despesas o principal alvo. Sob a justificativa de enxugar a máquina administrativa, os presidentes Sarney e Collor remanejaram recursos da área para outros setores, reduziram quadros ou simplesmente extinguíram vários órgãos ligados à cartografia oficial. Uma economia burra, dizem os técnicos. A quantidade de recursos naturais disponíveis e passíveis de exploração — mas desconhecidos — justificaria investimentos na área com retorno garantido. "O País não está investindo em suas próprias potencialidades", reclama o geólogo Valter José Marques. Ele coordena um dos últimos projetos ainda mantidos pelo governo federal na área, o Fronor, Projeto Fronteira Nor-

te Planejado para investir US\$ 200 milhões no levantamento e dimensionamento das reservas minerais amazônicas, em 1990, o projeto teve o orçamento reduzido para US\$ 40 milhões. Mas só recebeu, de fato, quase 24 meses depois de iniciado, US\$ 1 milhão. "Chuta-se muito dizendo que a Amazônia tem bilhões e bilhões de dólares em minérios", diz ele. "Mas, na realidade, mal sabemos o que é a região."

Quando age na área, reclama Jacob Ennes, o governo só demole o que já foi construído. É o caso, diz ele, da extinção, em 1990, da Cocar, Comissão de Cartografia da antiga Secretaria de Ciência e Tecnologia, hoje novamente ministério. O órgão atuava como instância de coordenação e captação de recursos para a área dentro do governo. No último dia 2, a Sociedade Brasileira de Cartografia enviou documento ao ministro Paulo Haddad, do Planejamento, pedindo que estude a revitalização do se-



**ENIGMA**  
 Dificuldade para obter imagens: as nuvens densas atrapalham

tor. Até agora não recebeu resposta "A cartografia é um instrumento essencial para o desenvolvimento do País", argumenta Jacob Ennes. "Contudo, o que vemos é um processo contínuo de deterioração técnica que inviabiliza dominar a Amazônia"

**Limitações** - Eliane da Silva explica que os avanços tecnológicos do setor em todo o mundo não estão sendo acompanhados pela cartografia brasileira. Hoje, com os equipamentos e as técnicas mais avançadas, sabe-se que os levantamentos de campo podem e devem ser constantes, via radar, para acompanhar modificações do próprio solo — como mudanças de posição de charcos e várzeas —, identificar desvios de cursos de rios, monitorar eventuais desmatamentos, focos de exploração clandestina de minérios e crescimento de vilas e cidades. No Atlas do IBGE, explica Eliane, foram usadas imagens feitas por satélites e fotografias aéreas. Mas apenas essas informações foram insuficientes no caso da Amazônia. "Nem o sistema de satélite utilizado nem as fotografias aéreas conseguiram um registro correto da floresta", argumenta. Um dos grandes impedimentos da região é a densa camada de nuvens que recobre a floresta praticamente o ano inteiro. Conseguir através dessas técnicas imagens completas de trechos que chegam a ultrapassar milhares de quilômetros quadrados é uma questão de sorte. Com a exploração por radar esse impedimento não existiria. O problema é que é preciso investir na compra de equipamentos.

Mesmo com todo o aparato tecnológico, destaca Valter José Marques, é fundamental a existência de um programa contínuo de pesquisas. "Dependemos de levantamentos de campo para precisar os minérios existentes". Ele afirma que há informações fragmentadas no Brasil sobre reservas de várias substâncias metálicas,

como ferro, manganês, alumínio, cobalto, cobre, estanho e ouro na Amazônia, mas faltam informações detalhadas sobre muitas dessas jazidas. "Há, por exemplo, fortes indícios de urânio na Amazônia, mas dependemos de pesquisas mais profundas."

**Sem dono** - Jacob Ennes destaca que o interesse internacional na Amazônia é evidente. Só o Brasil não se interessa. "Com a tecnologia de satélites e radares, duvido que os estrangeiros já não tenham conhecimento total das riquezas da Amazônia."

O temor de Ennes não é infundado. Em um congresso internacional de cartografia realizado este ano, nos Estados Unidos, foi apresentado um novo satélite, o Almaz — 1 SAR, de tecnologia russa, capaz de rastrear regiões de floresta sem problemas. Como prova, a Hughes Corporation, que oferecia os serviços do artefato, mostrou imagens obtidas de riquezas minerais existentes em maciços rochosos das Guianas encobertos por floresta. "Por que devemos acreditar que eles não estão fazendo esse trabalho no lado brasileiro?", pergunta Eliane da Silva, para quem o País precisa assumir urgentemente a tarefa de atualizar as informações na área.

As autoridades federais não se preocupam. Com a extinção de órgãos específicos e a mudança administrativa provida pelo governo Itamar Franco, apólos técnicos do IBGE falam oficialmente e lembram, se a Amazônia não desistiu o interesse governamental apesar todas as pressões internacionais mais centes, a falta de dados cartográficos fará diferença alguma.

Especialmente se for levado em consideração que a Amazônia é um território livre, apesar das supostas fronteiras. O policiamento das divisas é praticamente nenhum. A Polícia Federal, encarregada de fiscalizar as fronteiras, tem pouco mais de 6 mil homens para todo o território nacional e mais a vigilância de quase 10 mil quilômetros fronteiriços. A Aeronáutica, incumbida de rastrear o espaço aéreo nacional, não tem radares na região e praticamente ignora as violações do espaço aéreo nos chamados pontos negros: limites com Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guianas e Suriname.

O Exército insiste com seu projeto na região Norte, de instalação de postos militares ao longo de cerca de 6 mil quilômetros de fronteiras. Mas é contestado por indígenas, ambientalistas e, diante das dificuldades financeiras, não conseguiu, em sete anos, instalar 13 unidades avançadas do projeto na região e utilizou de pouco mais de 10 mil homens (ao todo são cerca de 10 mil soldados nas fronteiras amazônicas). A Marinha patulha os rios, mas em grandes proporções gigantes da falta de equipamentos tingente à altura.



**SEM REGISTRO**  
 Eliane da Silva: não há informações precisas